

NBC TG 1000 (R1)

CONTABILIDADE PARA
PEQUENAS E MÉDIAS
EMPRESAS

Volume 03

CRC SP

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Seção 20

Operações de Arrendamento Mercantil

Contabilidade para pequenas e médias empresas (PMEs)

Objetivo: Esta seção estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

Classificação de arrendamento mercantil: Financeiro ou Operacional

O arrendamento mercantil é classificado como arrendamento mercantil financeiro se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. O arrendamento mercantil é classificado como arrendamento mercantil operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade. A classificação do arrendamento mercantil é feita no início do arrendamento e não é alterada durante o período do arrendamento mercantil, a não ser que o arrendatário e o arrendador concordem em alterar as disposições do arrendamento mercantil.

Situações para classificação de um arrendamento em arrendamento financeiro

a. O arrendamento mercantil transfere a propriedade do ativo para o arrendatário no fim do prazo do arrendamento mercantil.

Exemplo: Esta situação é verificada no contrato do arrendamento mercantil.

b. O arrendatário tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o valor justo à data em que a opção se torne exercível de forma que, no início do arrendamento mercantil, seja razoavelmente certo que a opção será exercida.

Exemplo: Consta por exemplo em contrato que o item arrendado será vendido ao arrendatário, no final do contrato, por preço vantajoso, como por exemplo a R\$ 1,00 (um real).

c. O prazo do arrendamento mercantil refere-se à maior parte da vida econômica do ativo mesmo que a propriedade não seja transferida.

Exemplo: Por exemplo uma máquina tem vida útil de 10 anos e o prazo de arrendamento contratual é de 10 anos também. O arrendador não tem interesse que aquele bem seja devolvido, pois a vida útil já acabou.

d. No início do arrendamento mercantil o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado.

Exemplo: Para exemplificar esta situação, imagine que descapitalizando o valor das prestações do arrendamento mercantil seja igual ou próximo ao valor de compra do bem naquele momento. Isso caracteriza uma venda financiada.

e. Os ativos arrendados são de natureza especializada de tal forma que apenas o arrendatário pode usá-los sem grandes modificações.

Exemplo: O arrendador desenvolve (customiza) o bem arrendado para atender as necessidades de um cliente específico. Aquele bem, de tal forma, não poderá ser arrendado para outro arrendatário.

Demonstrações contábeis do arrendatário – arrendamento mercantil financeiro

Reconhecimento Inicial

No começo do prazo de arrendamento mercantil, os arrendatários devem reconhecer seus direitos e obrigações do arrendamento mercantil financeiro como ativos e passivos nos seus balanços patrimoniais por valores iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, no início do arrendamento mercantil. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário (custos incrementais que são diretamente atribuíveis à negociação e organização do arrendamento mercantil) são adicionados ao valor reconhecido como ativo.

Exemplo:

Em 31/12/20x0, a empresa ABC adquiriu um veículo por meio de um contrato de arrendamento mercantil financeiro, para ser pago em 6 parcelas anuais e consecutivas no valor de R\$ 10.000,00 cada, vencendo a primeira em 31/12/20x1, totalizando o montante de R\$ 60.000,00. Sabe-se que:

- 1) O valor presente das prestações, na data de início do contrato, era R\$ 46.200,00.
- 2) O valor justo a ser pago seria de R\$ 47.000,00.

Conforme determina esta norma, o reconhecimento inicial a ser adotado deve ser o menor valor entre o valor justo e o valor presente, portanto, a empresa deve adotar o valor presente. Nesse caso, a contabilização inicial seria:

D – Ativo Imobilizado	R\$ 46.200,00	(Ativo)
D – Juros a Transcorrer	R\$ 13.800,00	(Retificadora do Passivo)
C – Arrendamento Mercantil a Pagar	R\$ 60.000,00	(Passivo)

Mensuração Subsequente

O arrendatário deve segregar os pagamentos mínimos do arrendamento mercantil entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto utilizando o método da taxa efetiva de juros. O arrendatário deve alocar o encargo financeiro para cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. O arrendatário deve contabilizar os aluguéis contingentes como despesa nos períodos em que são incorridos.

Exemplo:

Dando sequência no exemplo anterior (Reconhecimento inicial).

Pela apropriação mensal dos encargos:

D – Juros Passivos	R\$ 2.300,00	(Conta de Resultado)
C – Juros a Transcorrer	R\$ 2.300,00	(Retificadora do Passivo)

Os pagamentos são contabilizados de forma simples:

D – Arrendamento Mercantil a Pagar	R\$ 10.000,00	(Passivo Circulante)
C – Bancos Conta Movimento	R\$ 10.000,00	(Ativo Circulante)

O arrendatário deve depreciar o ativo arrendado sob arrendamento mercantil financeiro de acordo com a seção pertinente desta Norma para tal tipo de ativo, por exemplo, Seção 17 – Ativo Imobilizado, Seção 18 – Ativo Intangível Exceto Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill), ou Seção 19 – Combinação de Negócios e Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura (Goodwill). Se não existir razoável certeza de que o arrendatário obterá a propriedade no final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo deve ser totalmente depreciado durante o prazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, o que for menor. O arrendatário também deve avaliar em cada data de divulgação se o ativo arrendado sob arrendamento mercantil financeiro sofreu desvalorização (ver Seção 27 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Exemplo de lançamento da depreciação de acordo com a vida útil do ativo:

D – Depreciação	(Conta de Resultado)
C – Depreciação Acumulada de Máquinas e Equipamentos – Arrendamento Mercantil	(Retificadora do Ativo)

Divulgação

O arrendatário deve fazer as seguintes divulgações para os arrendamentos mercantis financeiros:

- a. Para cada classe de ativo, o valor contábil líquido ao final do período de divulgação;
- b. O total dos pagamentos futuros mínimos do arrendamento mercantil ao final do período de divulgação, para cada um dos seguintes períodos:
 - I. Até um ano;
 - II. Mais de um ano e até cinco anos; e
 - III. Mais de cinco anos.
- c. Uma descrição geral dos acordos relevantes de arrendamento mercantil do arrendatário incluindo, por exemplo, informações sobre aluguéis contingentes, opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento, subarrendamentos mercantis e restrições impostas pelos contratos de arrendamento mercantil.

Demonstrações contábeis do arrendatário – arrendamento mercantil operacional

Reconhecimento e Mensuração

O arrendatário deve reconhecer os pagamentos do arrendamento mercantil sob arrendamento mercantil operacional (excluindo os custos por serviços, tais como seguro e manutenção) como despesa em base linear a não ser que:

- a) Outra base sistemática seja mais representativa do padrão temporal do benefício do usuário, mesmo que os pagamentos não sejam realizados nessa base; ou
- b) Os pagamentos ao arrendador sejam estruturados de modo a aumentar em linha com a inflação geral esperada (baseada em índices ou estatísticas publicadas) para compensar os aumentos de custos inflacionários esperados do arrendador. Se os pagamentos ao arrendador variarem em razão de fatores distintos da inflação geral, então a condição (b) não é atendida.

Exemplo:

A entidade X opera em local no qual a projeção consensual dos bancos locais indica que o índice do nível geral de preços, conforme publicado pelo governo, aumenta, em média, 10% ao ano ao longo dos próximos dez anos. X arrenda uma máquina de Y durante um período de cinco anos sob arrendamento mercantil operacional. Os pagamentos do arrendamento operacional são estruturados para refletir os 10% anuais esperados de inflação geral nos próximos cinco anos do período do arrendamento mercantil conforme segue:

Ano 1	R\$ 100.000,00
Ano 2	R\$ 110.000,00
Ano 3	R\$ 121.000,00
Ano 4	R\$ 133.000,00
Ano 5	R\$ 146.000,00

X reconhece a despesa anual do arrendamento igual aos valores devidos ao arrendador conforme evidenciado acima.

Divulgação

Os arrendatários devem fazer as seguintes divulgações para os arrendamentos mercantis operacionais:

- a. O total dos pagamentos futuros mínimos do arrendamento mercantil sob arrendamentos operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:
 - I. Até um ano;
 - II. Mais de um ano e até cinco anos; e
 - III. Mais de cinco anos.
- b. Pagamentos de arrendamento mercantil reconhecidos como despesa;
- c. Descrição geral dos acordos relevantes de arrendamento mercantil do arrendatário incluindo, por exemplo, informações sobre aluguéis contingentes, opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento, subarrendamentos mercantis e restrições impostas pelos contratos de arrendamento mercantil.

Demonstrações contábeis do arrendador

Reconhecimento, mensuração e divulgação

Arrendamento Financeiro

Os arrendadores devem reconhecer os ativos mantidos sob arrendamento mercantil financeiro nos seus balanços patrimoniais e apresentá-los como conta a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. O investimento líquido em arrendamento mercantil é o investimento bruto no arrendamento mercantil do arrendador descontado à taxa de juros implícita no arrendamento mercantil. O investimento bruto no arrendamento mercantil é a soma dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber pelo arrendador sob arrendamento mercantil financeiro e de qualquer valor residual não garantido atribuído ao arrendador.

O reconhecimento da receita financeira deve se basear em padrão que reflita a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo os custos de serviços, são aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não apropriadas. Se existir indicação de que o valor residual estimado não garantido utilizado para computar o investimento bruto do arrendador no arrendamento mercantil mudou significativamente, a alocação da receita ao longo do prazo do arrendamento mercantil é revisada, e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida no resultado.

O arrendador deve fazer as seguintes divulgações para os arrendamentos mercantis financeiros:

a. Conciliação entre o investimento bruto no arrendamento mercantil no final do período de divulgação e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil recebíveis no final do período de divulgação. Adicionalmente, o arrendador deve divulgar o investimento bruto no arrendamento mercantil e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil recebíveis no final do período de divulgação, para cada um dos seguintes períodos:

- I. Até um ano;
- II. Mais de um ano e até cinco anos; e
- III. Mais de cinco anos.

b. Receita financeira não apropriada;

c. Valores residuais não garantidos que resultem em benefício do arrendador.

d. Provisão acumulada para os recebíveis incobráveis provenientes de pagamentos mínimos do arrendamento mercantil;

e. Aluguéis contingentes reconhecidos como receita durante o período; e

f. Descrição geral dos acordos relevantes de arrendamento mercantil do arrendador, incluindo, por exemplo, informações sobre aluguéis contingentes, opções de

renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento, subarrendamentos mercantis e restrições impostas pelos contratos de arrendamento mercantil.

Arrendamento Operacional

O arrendador deve apresentar os ativos sujeitos a arrendamentos mercantis operacionais nos seus balanços patrimoniais de acordo com a natureza do ativo. O arrendador deve adicionar ao valor contábil do ativo arrendado quaisquer custos diretos iniciais que incorrer na negociação e estruturação de arrendamento mercantil operacional e reconhecer tais custos como despesa durante o prazo do arrendamento mercantil na mesma base da receita do arrendamento mercantil.

O arrendador deve reconhecer as receitas do arrendamento mercantil de arrendamento mercantil operacional (excluindo os valores por serviços tais como seguro e manutenção) no resultado em base linear ao longo do período do arrendamento mercantil, a não ser que:

- a. Outra base sistemática seja representativa do padrão temporal do benefício do ativo arrendado pelo arrendatário, mesmo que o recebimento dos pagamentos não seja realizado nessa base; ou
- b. os pagamentos ao arrendador sejam estruturados de modo a aumentar em linha com a inflação geral esperada (baseada em índices ou estatísticas publicados) para compensar os aumentos de custos inflacionários esperados do arrendador. Se os pagamentos ao arrendador variarem em razão de fatores distintos de inflação geral, então a condição (b) não é atendida.

O arrendador deve reconhecer como despesa os custos, incluindo a depreciação, incorridos na obtenção da receita de arrendamento mercantil. A política de depreciação para os ativos arrendados depreciáveis deve ser consistente com a política de depreciação normal do arrendador para ativos semelhantes.

O arrendador deve divulgar as seguintes informações para os arrendamentos mercantis operacionais:

- a. Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis sob arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos:
 - I. Até um ano;
 - II. Mais de um ano e até cinco anos; e
 - III. Mais de cinco anos.
- b. O total de aluguéis contingentes reconhecidos como receita;
- c. Descrição geral dos acordos relevantes de arrendamento mercantil do arrendador, incluindo, por exemplo, informações sobre aluguéis contingentes, opções de renovação ou de compra e cláusulas de reajustamento, subarrendamentos mercantis, e restrições impostas pelos contratos de arrendamento mercantil.

Alteração NBC TG 06 / IFRS 16 / CPC 06 (R2)

O Conselho Federal de Contabilidade, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do Art. 6º do Decreto-Lei nº

9.295/1946, alterado pela Lei nº 12.249/2010, alterou a NBC TG 06 – Arrendamento Mercantil de acordo com a sua equivalente internacional IFRS 16 do IASB, a partir de 01/01/2019.

Cabe destacar que no item P 14 da Introdução da NBC TG 100, diz que até que esta Norma seja alterada (NBC TG 1000), quaisquer mudanças que o CFC possa fazer ou propor com respeito as suas normas, interpretações e comunicados técnicos não se aplicam à contabilidade para PMEs, ou seja, até a próxima revisão da NBC TG 1000 não se aplica as alterações advindas com a NBC TG 06.

Principais Destaques NBC TG 06 – Arrendamento Mercantil

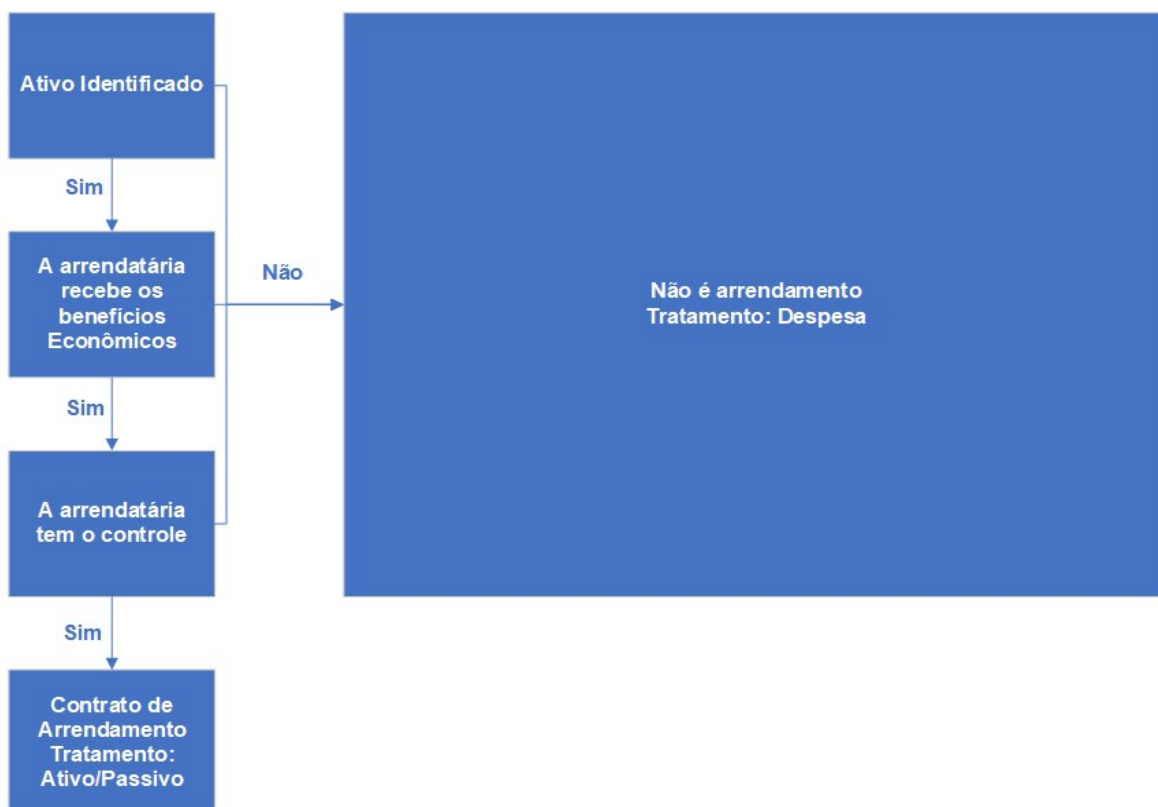
Com esta alteração, as arrendatárias deverão reconhecer os pagamentos a serem realizados (passivo), bem como os direitos de uso dos ativos arrendados para os contratos de arrendamento mercantil que tenham um ativo identificado e que detenham o direito de controle do ativo arrendado, com exceção opcional dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor (até US\$ 5.000,00).

Após o reconhecimento, os ativos deverão ser depreciados da mesma forma que os ativos imobilizados e testados anualmente para fins de verificação de perdas no valor recuperável (Impairment). Os passivos, por sua vez, deverão ser remensurados em cada data de balanço para refletir a taxa efetiva de juros e os valores atualizados conforme indexação do contrato.

- Ativo Identificado: O ativo normalmente é identificado ao ser expressamente especificado no contrato. Contudo, o ativo também pode ser identificado ao ser implicitamente especificado na ocasião em que o ativo for disponibilizado para uso pelo cliente.

- Direito de Controle: Para controlar o uso do ativo identificado, o cliente é obrigado a possuir o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante todo o período de uso (por exemplo, ao ter o uso exclusivo do ativo durante todo esse período).

Classificação dos contratos:



Exemplo prático contabilização aluguel

A empresa Carioca alugou um imóvel pelo prazo de 5 anos.

Pagamento anual R\$ 10.000.000,00

Taxa: 5% a.a.

	Valor Aluguel	Taxa de desconto	Saldo Valor Presente	Juros	Amortização	Saldo Final	Depreciação
1	10.000.000	5%	43.294.767	2.164.738	7.835.262	35.459.505	8.658.953
2	10.000.000	5%	35.459.505	1.772.975	8.227.025	27.232.480	8.658.953
3	10.000.000	5%	27.232.480	1.361.624	8.638.376	18.594.104	8.658.953
4	10.000.000	5%	18.594.104	929.705	9.070.295	9.523.810	8.658.953
5	10.000.000	5%	9.523.810	476.190	9.523.810	0	8.658.953

Contabilização inicial:

D – Ativo de direito de uso	R\$ 43.294.767	(Ativo Circulante)
C – Passivo de arrendamento	R\$ 43.294.767	(Passivo Circulante)

Mensuração subsequente (Ano 1)

D – Passivo de arrendamento	R\$ 7.835.262	(Passivo Circulante)
D – Despesas com juros	R\$ 2.164.738	(Conta de Resultado)
C – Banco	R\$ 10.000.000	(Ativo Circulante)

D – Despesas com depreciação	R\$ 8.658.953	(Conta de Resultado)
C – Depreciação acumulada	R\$ 8.658.953	(Retificadora do Ativo)

Com adoção desta nova norma serão impactadas majoritariamente os ativos (direito de uso), passivo (aluguéis a pagar), indicador EBITDA e alavancagem financeira.

Questão resolvida:

01 – (Exame de Suficiência 2016/01 – Bacharel em Ciências Contábeis) Uma empresa rural adquiriu um trator por meio de arrendamento mercantil financeiro. No contrato de compra constam as seguintes condições:

- Quantidade de prestações – 60
- Valor mensal da prestação – R\$ 5.000,00
- Taxa de juros implícita no arrendamento mercantil – 1,5% ao mês

A contabilidade da empresa forneceu as seguintes informações:

- Valor justo da máquina arrendada – R\$ 195.000,00
- Valor presente das prestações – R\$ 196.901,35

De acordo com a NBC TG 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil, no momento da aquisição do trator, o efeito líquido em um dos elementos do Balanço Patrimonial dessa empresa é de:

- a. R\$ 300.000,00 no Passivo
- b. R\$ 105.000,00 no Passivo
- c. R\$ 196.901,35 no Ativo
- d. R\$ 195.000,00 no Ativo

Resolução:

NBC TG 06 (R3), Item 20:

“No começo do prazo de arrendamento mercantil, os arrendatários devem reconhecer, em contas específicas, os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil. A taxa de desconto a ser utilizado no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos no arrendamento mercantil deve ser a taxa de juros implícita no arrendamento mercantil, se for praticável determinar essa taxa; se não for, deve ser usada a taxa incremental de financiamento do arrendatário. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário devem ser adicionados à quantia reconhecida como ativo.”

Logo o menor valor neste caso é o valor justo – R\$ 195.000,00

Alternativa D

Seção 21

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Apêndice – Guia sobre reconhecimento e mensuração de provisão

Objetivo: Esta seção tem como objetivo estabelecer que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

Definições e critérios:

Provisão: É um passivo de prazo ou de valor incertos, decorrentes de aspectos legais, formais ou até não formalizados.

Exemplos: Processos Trabalhistas; Garantia de Produtos e Passivos Ambientais.

A entidade deve reconhecer uma provisão apenas quando:

- A entidade tem uma obrigação presente (passivo);
- É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida da entidade a transferência de benefícios econômicos para liquidação;
- O valor da obrigação pode ser estimado de maneira confiável.

A entidade deve mensurar uma provisão pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar a obrigação na data das demonstrações contábeis.

Exemplo de Contabilização: Provisão para Riscos Ambientais

D – Despesa com Provisão	(Conta de Resultado)
C – Provisão	(Passivo)

Passivo: É uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivos contingente é:

- Uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- Uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida CPC 25 Ver 13 5 porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - O valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Reconhecimento de Passivo Contingente

Parâmetros para avaliação:

Provável – A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer.

Possível – A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota.

Remota – A chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena.

Julgamento da Empresa	Contabiliza e Divulga no Passivo	Divulgação em Notas Explicativas
Provável	Sim	Sim
Possível	Não	Sim
Remota	Não	Não

Ativo contingente: É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Reconhecimento de Ativo Contingente

A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.	A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa	A entrada não é provável
O ativo não é contingente	Nenhum ativo é reconhecido	Nenhum ativo é reconhecido
	Divulgação é exigida	Nenhuma divulgação é exigida

Relação entre Provisão e Passivo Contingente

Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, nesta norma o termo “contingente” é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

Provisão x Passivo Contingente	
Provisão	Passivo Contingente
São reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação	<p>Não são reconhecidos como passivo porque são (apenas divulgados):</p> <p>I. Obrigações possíveis, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou</p> <p>II. Obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).</p>

Divulgação

Divulgação sobre provisões

Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar todas as seguintes informações:

a. Conciliação demonstrando:

- I. O valor contábil no início e no fim do período;
- II. Adições durante o período, incluindo os ajustes provenientes de mudanças na mensuração do valor descontado;
- III. Valores debitados contra a provisão durante o período; e
- IV. Valores não utilizados revertidos durante o período.

b. Breve descrição da natureza da obrigação, e o valor esperado e as datas de quaisquer pagamentos resultantes;

c. Indicação das incertezas sobre o valor ou o momento de ocorrência dessas saídas;

d. Valor de qualquer reembolso esperado, indicando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido em razão desse reembolso esperado.

Divulgação sobre passivos contingentes

A não ser que a possibilidade de qualquer saída de recursos na liquidação seja remota, a entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data das demonstrações contábeis, breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável:

- a. Estimativa do seu efeito financeiro;
- b. Indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída; e

c. Possibilidade de qualquer reembolso.

Caso seja impraticável fazer uma ou mais de uma dessas divulgações, esse fato deve ser declarado.

Divulgação sobre ativos contingentes

Se a entrada de benefícios econômicos for provável (maior probabilidade de que sim do que não), mas não praticamente certa, a entidade deve divulgar uma descrição da natureza dos ativos contingentes ao final do período de divulgação e, quando praticável sem custo ou esforço excessivo, uma estimativa de seus efeitos financeiros. Caso seja impraticável fazer essa divulgação, esse fato deve ser declarado.

Guia Sobre Reconhecimento e Mensuração de Provisão

A seguir serão apresentados alguns exemplos da aplicabilidade desta seção PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, de acordo com o apêndice da seção 21.

Exemplo 01: Perda Operacional Futura

A entidade determina que é provável que um segmento de suas operações incorrerá em perdas operacionais futuras por vários anos.

Julgamento da Empresa	Divulgação no Passivo	Divulgação em Notas Explicativas
Provável	Sim	Sim

Conclusão: De acordo com teoria vista anteriormente, nesta situação deverá divulgar no Passivo e nas Notas Explicativas.

Exemplo 2: Contrato Oneroso

Contrato oneroso é um contrato em que os custos inevitáveis para atender às obrigações previstas no contrato excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos previstos no mesmo.

Conclusão: Se a entidade tiver um contrato oneroso, a obrigação presente de acordo com o contrato deve ser reconhecida e mensurada como provisão no Passivo e nas Notas Explicativas.

Exemplo 3: Reestruturação

Exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação são:

- Venda ou extinção de linha de negócios;
- Fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- Mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e
- Reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade.

A evidência de que a entidade começou a implantar o plano de reestruturação seria fornecida, por exemplo, pela desmontagem da fábrica, pela venda de ativos ou pela divulgação das principais características do plano. A divulgação do plano detalhado para reestruturação somente se for feita de tal maneira e em detalhes suficientes (ou seja, apresentado as principais características do plano) que origine expectativas válidas de outras partes, tais como clientes, fornecedores e empregados (ou os seus representantes) de que a entidade realizará a reestruturação.

A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam:

- a. Necessariamente ocasionados pela reestruturação; e
- b. Não associado às atividades em andamento da entidade.

A provisão para reestruturação não inclui custos como:

- a. Novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente;
- b. Marketing; ou
- c. Investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

Conclusão: A entidade reconhece uma provisão para os custos de reestruturação apenas quando, na data das demonstrações contábeis, tiver a obrigação legal ou não formalizada de conduzir a reestruturação.

Exemplo 4: Garantia

Um fabricante fornece garantias no momento da venda para os compradores do seu produto. De acordo com os termos do contrato de venda, o fabricante se compromete a consertar, por reparo ou substituição, os defeitos do produto que se tornarem aparentes dentro de três anos a partir da data de venda. De acordo com a sua experiência passada, é provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que haverá algumas reclamações dentro das garantias.

Ilustração dos cálculos:

Em 20x0, produtos são vendidos por R\$ 1.000.000,00. A experiência passada indica que 90% dos produtos vendidos não requerem reparos dentro da garantias; 6% dos produtos vendidos requerem reparos pequenos, que custam 30% do preço de venda; e 4% dos produtos vendidos requerem reparos maiores ou substituição, que custam 70% do preço de venda. Portanto os custos estimados de garantia são:

$$\text{R\$ } 1.000.000,00 \times 90\% = \text{R\$ } 0,00$$

$$\text{R\$ } 1.000.000,00 \times 6\% \times 30\% = \text{R\$ } 18.000,00$$

$$\text{R\$ } 1.000.000,00 \times 4\% \times 70\% = \text{R\$ } 28.000,00$$

$$\text{Total} = \text{R\$ } 46.000,00$$

Os gastos com reparos e substituições dentro da garantia, para os produtos vendidos em 20x0 devem ser realizados 60% em 20x1, 30% em 20x2 e 10% em 20x3, em todos os casos ao final do período. Em razão dos fluxos de caixa estimados já refletirem as probabilidades de saídas de caixa e assumindo que não haja quaisquer outros riscos ou incertezas que necessitem ser refletidos, para determinar o valor presente daqueles fluxos de caixa a entidade deve utilizar uma taxa de desconto “livre de risco” com base em títulos do governo com os mesmos períodos das saídas de caixa esperadas (6% para os títulos de um ano e 7% para os títulos de dois e três anos, como exemplo). O cálculo do valor presente, ao final de 20x0, dos fluxos de caixa estimados referentes às garantias para os produtos vendidos em 20x0, é o seguinte:

Ano		Pagamentos de caixa esperados (R\$)	Taxa de desconto	Fator de Desconto	Valor Presente (R\$)
1	60% x R\$ 46.000,00	27.600,00	6%	0,9434 (6% para 1 ano)	26.038,00
2	30% x R\$ 46.000,00	13.800,00	7%	0,8734 (7% para 2 anos)	12.053,00
3	10% x R\$ 46.000,00	4.600,00	7%	0,8163 (7% para 3 anos)	3.755,00
Total					41.846,00

A entidade irá reconhecer uma “provisão para garantia” de R\$ 41.846,00 ao final de 20x0 pelos produtos vendidos em 20x0.

Conclusão: A entidade reconhece uma provisão pela melhor estimativa dos custos para consertos de produtos com garantia vendidos antes da data das demonstrações contábeis.

Exemplo 5: Reembolso

Uma loja de varejo tem a política de reembolsar compras de clientes insatisfeitos, mesmo que não haja obrigação legal para isso. Sua política de efetuar reembolso é amplamente conhecida. (Por exemplo compras com slogan: Sua satisfação garantida ou seu dinheiro de volta).

Conclusão: A entidade reconhece uma provisão pela melhor estimativa do valor exigido para liquidar os reembolsos.

Exemplo 6: Fechamento de divisão – comunicação / implementação antes do fechamento do balanço.

Em 12 de dezembro de 20x0, o conselho da entidade decidiu encerrar as atividades de uma divisão que produz um produto específico. Em 20 de dezembro de 20x0, um plano detalhado para o fechamento da divisão foi aprovado pelo conselho; cartas foram enviadas aos clientes alertando-os para procurar uma fonte alternativa de fornecimento e comunicações diversas sobre demissões foram enviadas para o pessoal da divisão.

O evento que gera a obrigação é a comunicação da decisão aos clientes e empregados, o que dá origem a uma obrigação não formalizada a partir dessa data, porque cria uma expectativa válida de que a divisão será fechada.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida em 31 de dezembro de 20x0 pela melhor estimativa dos custos de fechamento da divisão.

Exemplo 7: Treinamento para atualização de pessoal como resultado de mudança na tributação do imposto de renda.

O governo introduz certo número de mudanças na tributação do imposto de renda. Como resultado dessas mudanças, a entidade do setor financeiro irá necessitar de treinamento para atualização de grande número de seus empregados da área administrativa e de vendas para garantir a conformidade contínua com a regulação bancária. Na data do balanço, nenhum treinamento do pessoal havia sido feito. Não há obrigação porque o evento que gera a obrigação (treinamento para atualização) não foi realizado.

Conclusão: Nenhuma provisão é reconhecida.

Exemplo 8: Caso judicial

Após um casamento em 20x0, dez pessoas morreram, possivelmente por resultado de alimentos envenenados oriundo de produtos vencidos pela entidade. Procedimentos legais são instaurados para solicitar indenização da entidade, mas esta disputa o caso judicialmente. Até a data da autorização para a publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 20x0, os advogados da entidade aconselham que é provável que a entidade não será responsabilizada. Entretanto, quando a entidade elabora as suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 20x1, os seus advogados aconselham que, dado o desenvolvimento do caso, é provável que a entidade será responsabilizada.

a. Em 31 de dezembro de 20x0

Conclusão: Nenhuma provisão é reconhecida.

b. Em 31 de dezembro de 20x1

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa do valor necessário para liquidar a obrigação.

Exemplo 9: Terreno contaminado – é praticamente certo que a legislação será aprovada

Uma entidade do setor de petróleo causa contaminação, mas efetua a limpeza apenas quando é requerida a fazê-la nos termos da legislação de um país em particular no qual ela opera. O país no qual ela opera não possui legislação requerendo a limpeza e a entidade vem contaminando o terreno nesse país há diversos anos. Em 31 de dezembro de 20x0 é praticamente certo que um projeto de lei requerendo a limpeza do terreno já contaminado será aprovado rapidamente após o final do ano.

O evento que gera a obrigação é a contaminação do terreno, pois é praticamente certo que a legislação requeira a limpeza.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa dos custos de limpeza.

Exemplo 10: Atividade de extração de petróleo

Uma entidade opera em uma atividade de extração de petróleo na qual seu contrato de licença prevê a remoção da perfuratriz petrolífera ao final da produção e a restauração do solo oceânico. Noventa por cento dos custos eventuais são relativos à remoção da perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção e dez por cento advêm da extração do petróleo. Na data do balanço, a perfuratriz foi construída, mas o petróleo não está sendo extraído.

A construção da perfuratriz petrolífera cria uma obrigação legal nos termos da licença para remoção da perfuratriz e restauração do solo oceânico e, portanto, esse é o evento que gera a obrigação. Na data do balanço, entretanto, não há obrigação de corrigir o dano que será causado pela extração do petróleo.

Conclusão: Uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de noventa por cento dos custos eventuais que se relacionam com a perfuratriz petrolífera e a restauração dos danos causados pela sua construção. Esses custos são incluídos como parte dos custos da perfuratriz petrolífera. Os dez por cento de custos que são originados a partir da extração do petróleo são reconhecidos como passivo quando o petróleo é extraído.

Exemplo 11: Requerimento legal para a instalação de filtro de fumaça

De acordo com a nova legislação, a entidade é requerida a instalar filtros de fumaça nas suas fábricas até 30 de junho de 20x1. A entidade não fez a instalação dos filtros de fumaça.

a. Em 31 de dezembro de 20x0, na data do balanço

Não há obrigação porque não há o evento que gera a obrigação mesmo para os custos de instalação dos filtros de fumaça ou para as multas de acordo com a nova legislação.

Conclusão: Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça.

b. Em 31 de dezembro de 20x1, na data do balanço.

Novamente não há obrigação para os custos de instalação dos filtros de fumaça porque nenhum evento que gera a obrigação ocorreu (a instalação dos filtros). Entretanto, uma obrigação pode surgir do pagamento de multas ou penalidades de acordo com a nova legislação, pois o evento que gera a obrigação ocorreu (a operação da fábrica em não-conformidade com a legislação).

A avaliação da probabilidade de incorrência de multas e penalidades pela não-conformidade da operação depende dos detalhes da legislação e da severidade do regime de execução da lei.

Conclusão: Nenhuma provisão é reconhecida para os custos de instalação dos filtros de fumaça. Entretanto, uma provisão é reconhecida pela melhor estimativa de quaisquer multas ou penalidades que sejam mais prováveis de serem impostas.

Questão resolvida:

01 – (Exame de Suficiência 2017/02 – Bacharel em Ciências Contábeis) Uma Sociedade Empresária tem uma política ambiental extensamente conhecida, na qual realiza a limpeza de toda a contaminação que venha a causar. Sabe-se que essa Sociedade Empresária apresenta boa reputação quanto ao cumprimento dessa política.

Não há nenhuma legislação ambiental na jurisdição que determine responsabilidade em caso de danos ambientais.

Durante uma atividade naval desenvolvida pela Sociedade Empresária, uma embarcação foi danificada e derramou uma quantidade substancial de óleo no mar.

A Sociedade Empresária concorda em pagar pelos custos da limpeza imediata e os custos contínuos de monitoramento e assistência aos pássaros e animais marinhos.

No momento, a Sociedade Empresária não consegue programar a data exata em que serão desembolsados os custos mencionados, mas consegue estimá-los com confiabilidade.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, assinale a alternativa que indica a atitude **correta** que a Sociedade Empresária deve tomar em relação ao registro contábil do dano ambiental por ela causado.

- a. A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade e não existe uma obrigação legal ou contratual formalizada.
- b. A Sociedade Empresária deve reconhecer um passivo contingente, uma vez que existe uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não pode ser reconhecida porque não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.
- c. A Sociedade Empresária deve reconhecer uma provisão, pois sua reputação cria para ela uma obrigação não formalizada quanto ao cumprimento de sua política.
- d. A Sociedade Empresária não deve reconhecer uma provisão em função de não existir nenhuma obrigação formalizada em contratos ou leis ou acordos escritos.

Resolução:

NBC TG 25 (R1) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

Obrigação legal é uma obrigação que deriva de:

- a. Contrato (por meio de termos explícitos ou implícitos);

b. Legislação; ou

c. Outra ação da lei. Organização não formalizada é uma obrigação que decorre das ações da entidade em que:

I. Por via de padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de declaração atual suficientemente específica, a entidade tenha indicado a outras partes que aceitará certas responsabilidades; e

II. Em consequência, a entidade cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades.

O enunciado informa que até o momento a Sociedade Empresária não consegue programar a data exata em que serão desembolsados os custos mencionados, mas consegue estimá-los com confiabilidade. Dessa forma é gerado um passivo de prazo ou de valor incertos que a NBC TG 25 (R1) classifica como Provisão.

Alternativa C

Seção 25

Custos de Empréstimos

Objetivo: Esta seção especifica a contabilização para os custos de empréstimos. Custo de empréstimos são juros e outros custos que a entidade incorre em conexão com o empréstimo de recursos.

Os custos de empréstimo incluem:

- Despesa de juros calculada por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros;
- Encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros;
- Variações cambiais provenientes de empréstimos em moeda estrangeira na extensão em que elas são consideradas como ajustes nos custos dos juros.

Reconhecimento

A entidade deve reconhecer todos os custos de empréstimos como despesa no resultado no período em que são incorridos.

Exemplo Prático 1:

Empréstimo de R\$ 6.000,00, com taxa de 1% ao mês, a ser pago em 10 parcelas mensais e sucessivas.

Parcela	Pagamento	Juros	Amortização	Saldo Devedor
1	R\$ 862,00	R\$ 431,73	R\$ 430,27	R\$ 5.569,73
2	R\$ 862,00	R\$ 400,77	R\$ 461,23	R\$ 5.108,50
3	R\$ 862,00	R\$ 367,58	R\$ 494,42	R\$ 4.614,08
4	R\$ 862,00	R\$ 332,00	R\$ 530,00	R\$ 4.084,08
5	R\$ 862,00	R\$ 293,87	R\$ 568,13	R\$ 3.515,95
6	R\$ 862,00	R\$ 252,99	R\$ 609,01	R\$ 2.906,94
7	R\$ 862,00	R\$ 209,17	R\$ 652,83	R\$ 2.254,11
8	R\$ 862,00	R\$ 162,19	R\$ 699,81	R\$ 1.554,30
9	R\$ 862,00	R\$ 111,84	R\$ 750,16	R\$ 804,14
10	R\$ 862,00	R\$ 57,86	R\$ 804,14	R\$ -

Exemplo Prático 2:

A Empresa compra um veículo financiado por R\$ 56.000,00 (com juros de 1,5% ao mês – R\$ 23.234,97), a ser pago em 36 parcelas.

- $R\$ 56.000,00 \div 36 = R\$ 1.555,56$
- $R\$ 23.234,97 \div 36 = R\$ 645,16$

D – Veículos R\$ 32.765,03

D – Juros a apropriar R\$ 23.234,97

C – Financiamento R\$ 56.000,00

Divulgação

Divulgação dos custos de financiamento. Divulgação do total da despesa de juros (utilizando o método da taxa efetiva de juros) para os passivos financeiros que não estão mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Seção 32

Eventos Subsequentes

Objetivo: O objetivo desta seção é determinar:

- a. Quando a entidade deve ajustar suas demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações; e
- b. As informações que a entidade deve divulgar sobre a data em que é concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e sobre os eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações.

Definição de Evento Subsequente:

Eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis são aqueles eventos, favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Existem dois tipos de eventos:

- a. Aqueles que evidenciam condições que já existiam na data de encerramento do período (eventos que geram ajustes após o encerramento desse período);
- b. Aqueles que são indicadores de condições que surgiram após o encerramento do período (eventos que não geram ajustes após o encerramento desse período).

Exemplos:

Eventos ocorridos na empresa ABC entre a data final do período do relatório (31 de dezembro de x19) e a data de autorização para emissão (15 de março de x20):

- a. Em 31 de dezembro de x19 os recebíveis incluíam um saldo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) referentes a um grande cliente. Em fevereiro de x20, o cliente pediu falência, informando o não pagamento aos credores. Este é um evento que gera ajuste. O saldo dos recebíveis deve ser baixado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- b. Em 10 de janeiro de x20 um investimento foi vendido por R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). No balanço de x19 o investimento tinha valor contábil de R\$ 830.000,00 (oitocentos e trinta mil reais). Este evento não gera ajuste, sendo apenas divulgado em notas explicativas.
- c. A empresa ABC possui uma subsidiária no ramo petrolífero na Venezuela e no início de x20 a subsidiária foi nacionalizada sem previsão de pagamento de nenhuma compensação. O Patrimônio Líquido da subsidiária está avaliado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) em 31 de dezembro de x19. Este evento não gera ajuste, mas deve ser mencionado em notas explicativas.

Divulgação

Data de autorização para emissão

A entidade deve divulgar a data em que foi concedida a autorização para emissão das demonstrações contábeis e quem forneceu tal autorização. Se os proprietários da entidade ou outras partes tiverem o poder de alterar as demonstrações contábeis após a emissão, a entidade deve divulgar esse fato.

Eventos que não geram ajustes após o encerramento do período contábil, devem ser divulgados em Notas Explicativas.

Questão resolvida:

01 – (Prova Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ - 2015 - CGM - RJ - Contador - Conhecimentos Específicos) Os eventos subsequentes podem ser passíveis de ajustes por meio de registro contábil ou apenas divulgação. Nesse contexto, um exemplo de evento que vai requerer ajuste nas demonstrações contábeis que estão sendo encerradas é:

- a. Reorganização societárias após a data do balanço
- b. Pagamento ou conhecimento de uma decisão definitiva, após a data do balanço, relacionado a um processo judicial, confirmando que a entidade já tinha uma obrigação presente na data do balanço
- c. Anúncio ou início de uma reestruturação importante
- d. Transações importantes ou potenciais, envolvendo ações ordinárias após a data do balanço que possam impactar significativamente as demonstrações contábeis

Resolução:

19.12.3.1. Eventos Subsequentes à Data do Balanço que Originam Ajustes

19.12.3.1.1. A entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que reflitam eventos subsequentes à data do balanço que venham a confirmar as condições existentes até aquela data.

19.12.3.1.2. Para exemplificar, são apresentados a seguir, alguns tipos de eventos subsequentes à data do balanço que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos:

- a. O pagamento ou a divulgação de uma decisão definitiva relacionado a um processo judicial, confirmando que a entidade já tinha uma obrigação presente na data do balanço. A entidade deve ajustar qualquer provisão relacionada ao processo ou registrar uma nova provisão, de acordo com as disposições contidas na norma sobre Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas;
- b. Obtenção de informação indicando que um ativo estava deteriorado na data do balanço ou que o montante de um prejuízo por deterioração previamente reconhecido em relação aquele ativo precisa ser ajustado. Como por exemplo:

I. A falência ou a concordata de um cliente normalmente confirma que já existia potencialmente um prejuízo em uma conta a receber na data do balanço e que a entidade precisa ajustar o valor contábil da conta a receber;

II. A venda de estoques com prejuízo pode proporcionar evidência sobre o valor de realização líquido desses estoques na data do balanço;

c. A determinação do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes da data do balanço;

d. A determinação do valor referente ao pagamento de participação nos lucros ou referente a gratificações, no caso de a entidade ter, na data do balanço, uma obrigação presente legal não formalizada de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data; e

e. A descoberta de fraude ou erros mostra que as demonstrações contábeis estavam incorretas.

Alternativa B